

## PROJETO DE LEI 3.754/2021

Estabelece a Lei das Ferrovias.

### EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Acresça-se o inciso XXV ao artigo 3º e dê-se nova redação ao artigo 53 do Projeto de Lei nº 3.754, de 2021, inclusive em seu § 2º, que passa a possuir a seguinte redação:

“Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes definições para fins de aplicação desta Lei e de sua regulamentação:

.....  
XXV – operador de infraestrutura terrestre: operadores de infraestruturas setoriais de transporte terrestre, como ferrovias e rodovias.”

“Art. 53 Ressalvados os direitos à cobrança de indenizações ou de pagamento pelo uso da faixa de domínio e ao reequilíbrio econômico-financeiro de contratos submetidos ao regime público de exploração, a operadora de infraestrutura terrestre não poderá impedir a travessia de suas áreas por tubulações e redes de transmissão elétrica, telefônica e similares, anterior ou posteriormente estabelecidas, observada a regulamentação nacional específica de proteção ao tráfego e às instalações de ferrovias e rodovias.

.....  
§ 2º As operadoras de infraestrutura terrestre podem cobrar das concessionárias, autorizadas ou autarquias de serviço público pelo uso da faixa de domínio, exceto quando houver isenção prevista em legislação específica.



## JUSTIFICAÇÃO

Além da tarifa cobrada pelos operadores de transportes, outros meios de obtenção de recursos podem e devem ser disponibilizados para que os investimentos em transporte se tornem mais atrativos. Nesse sentido, o uso de faixa de domínio de infraestruturas terrestre como fonte de receita e diversificação da infraestrutura das vias de transporte é um dos meios que permite, de maneira economicamente viável para usuário, concessionária e empreendimentos instalados em faixas de domínios, prestar serviços e satisfazer o interesse público.

Muito embora a atenção à infraestrutura ferroviária suscitada pelo Marco Regulatório de Ferrovias seja acentuada no presente Projeto, como se depreende do próprio Plano Nacional de Logística – PNL 2035, a construção de políticas públicas e regulatórias para o transporte terrestre deve manter a consonância, inclusive permitindo a coexistência de modais, de modo a maximizar sua utilidade.

Há, no mesmo PNL, referências à importância de elaborar planejamento das matrizes de transportes nacionais de forma integrada (através do Planejamento Integrado de Transportes). Não por outro motivo, ferrovias e rodovias foram agregados sob o Plano Setorial Terrestre, no sentido de não permitir o descolamento do desenvolvimento coordenado dessas matrizes.

Tratar conjuntamente de temas pertinentes e que compartilham, naturalmente, dos mesmos aspectos jurídicos, garante segurança jurídica a concessionárias, autorizatárias e usuários, que saberão quais e quanto se pagará pelo uso de cada infraestrutura disponível, sem que haja o custeio cruzado, prejudicando um operador em desfavor do explorador de outro serviço de titularidade pública.

Sala das Sessões, em      de novembro de 2021.

**Deputado CARLOS CHIODINI**  
***MDB/SC***



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Chiodini e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213971347700>





## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Carlos Chiodini )**

Estabelece a Lei das Ferrovias.

Assinaram eletronicamente o documento CD213971347700, nesta ordem:

- 1 Dep. Carlos Chiodini (MDB/SC)
- 2 Dep. Hugo Motta (REPUBLIC/PB) - LÍDER do REPUBLIC   \*-(P\_5027)
- 3 Dep. Cacá Leão (PP/BA) - LÍDER do PP               \*-(p\_7731)
- 4 Dep. Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL) - LÍDER do MDB       \*-(P\_4835)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

